

# Câmara aprova transformação da <sup>DF-</sup>Candangolândia em satélite

Sebastião Pedr

O DF ganhará, nos próximos dias, sua 19ª região administrativa: a Candangolândia. O projeto de lei que prevê a criação da mais nova satélite foi aprovado em primeiro turno em plenário, ontem, depois de muita discussão. Convocados extraordinariamente pelo governador, para apreciar 21 projetos, alguns parlamentares contestaram a iniciativa de dar "autonomia" à Candangolândia, por considerarem que a medida representará mais gastos para os cofres públicos. "Ao invés de benefício, a criação da região trará prejuízo", advertiu Peniel Pacheo (PTB), lembrando que o custo estimado, por mês, para custeio de pessoal e administração de uma satélite supera CR\$ 500 milhões.

Apesar dos protestos, contudo, os parlamentares aprovaram a medida com tranquilidade; assim como outros sete projetos da pauta da convocação, que garantiram a cada um deles jetom no valor de CR\$ 1,8 milhão, além de uma ajuda de custo de CR\$ 700 mil, quantia já depositada nas contas dos parlamentares desde ontem cedo. Até sexta-feira, último dia da convocação, os parlamentares devem apreciar as propostas consideradas mais polêmicas: a que autoriza o Executivo a contratar o financiamento suplementar com o BNDES, no valor de US\$ 50 milhões, e a que concede remuneração de 25% para os alfabetizadores.

**Isenções** — Os distritais conseguiram aprovar, entre outras propostas, a emenda que modifica o artigo 131 da Lei Orgânica, que trata de isenções, anistias, benefícios e incentivos de convênios firmados entre o DF e a União, estados e municípios. O projeto libera os convênios realizados por deliberação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) de apreciação da Câmara, uma vez que já são objetivos de ratificação por parte do Executivo. "Esta medida já passa a surtir efeito a partir desta semana com aprovação de convênios que estão sendo aprovados nesta pauta da convocação", comemora o autor da idéias, Peniel Pacheco.

Ainda durante a extraordinária, o plenário aprovou o texto que dispõe sobre a criação e transformação de cargos em comissão do quadro de pessoal da Fundação Educacional e o que prevê a reclassificação e criação de cargos em comissão na Fundação Cultural. Hoje de manhã, os parlamentares darão prosseguimento à convocação apreciando parte dos projetos que ainda restam serem apreciados.